

Alteração ao Anúncio de Abertura de Período de Apresentação de Candidaturas

N.º 001 / 2019 / GALPESCAOESTE

Tipologias de investimento: Inovação em espaço marítimo; Reforço da competitividade da pesca; Reforço da competitividade do turismo; Promoção de produtos locais de qualidade; Melhoria dos circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais, no âmbito do mar

Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto

O período de apresentação de candidaturas estabelecido no anúncio de abertura supramencionado é prorrogado ao abrigo do disposto na Portaria supracitada, que estabelece o Regime de apoio à execução das estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária, até ao dia **21 de outubro de 2019**, determinando-se assim que a submissão de candidaturas seja efetuada até aquela data.

Peniche, 21 de setembro de 2019

O Presidente do Órgão de Gestão do GAL Pesca Oeste



Rogério Cação

Anúncio de Abertura de Período de Apresentação de Candidaturas

N.º 001 / 2019 / GALPESCAOESTE

Tipologias de investimento: Inovação em espaço marítimo; Reforço da competitividade da pesca; Reforço da competitividade do turismo; Promoção de produtos locais de qualidade; Melhoria dos circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais, no âmbito do mar

Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto

A submissão de candidaturas ao abrigo do regime de apoio aprovado pela Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto, no âmbito das tipologias de investimento: Inovação em espaço marítimo; Reforço da competitividade da pesca; Reforço da competitividade do turismo; Promoção de produtos locais de qualidade; Melhoria dos circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais, no âmbito do mar, é efetuada no período compreendido entre o **dia 12 de agosto de 2019 e 30 de setembro de 2019**.

Em coerência com o disposto no artigo 11.º do citado Regime de Apoio, a presente abertura rege-se pelos termos e condições seguintes:

1. Legislação Aplicável

O presente Anúncio não dispensa a consulta de toda a regulamentação e orientações aplicáveis, nomeadamente:

- Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto
- Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro
- Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro
- Outras orientações técnicas aprovadas pela Autoridade de Gestão e divulgadas no respetivo sítio da internet

2. Objetivos e prioridades visadas:

Promover o desenvolvimento local e a diversificação das economias das zonas pesqueiras e costeiras através do empreendedorismo, da promoção do emprego sustentável e com qualidade, da promoção da inovação social e criação de respostas a problemas de pobreza e de exclusão social.

3. Tipologia de operações a apoiar:

São apoiáveis as seguintes tipologias de operação:

a) No domínio da Inovação em espaço marítimo:

- i. Desenvolvimento de novas metodologias de produção ou de organização de entidades, que exercem, ou pretendem exercer, a sua atividade em espaço marítimo;
- ii. Desenvolvimento de novos produtos;

- iii. Criação de micro e pequenas empresas que desenvolvam atividades económicas ligadas ao mar;
 - iv. Investigação que considere as diferentes possibilidades económicas em marinho, a sua reabilitação e mitigação dos impactos da ação ambiental e humana.
- b) No domínio do **Reforço da competitividade da pesca:**
- i. Criação, recuperação e modernização de estruturas, equipamentos e/ou infraestruturas existentes, relacionadas com a pesca e a aquicultura.
- c) No domínio do **Reforço da competitividade do turismo:**
- i. Criação e/ou desenvolvimento de micro e pequenas empresas que desenvolvam atividades ligadas ao mar, promovendo o turismo costeiro e litoral
 - ii. Criação, recuperação e modernização de estruturas e equipamentos e/ou infraestruturas existentes relacionadas com o turismo de mar.
 - Não são consideradas elegíveis as operações que considerem a área comercial dos apoios de praia;
 - No caso de operações associadas a alojamento local, consideram-se elegíveis apenas aquelas que sejam promovidas por entidades que desenvolvam as suas atividades no âmbito do setor das pescas;
- d) No domínio da **Promoção de produtos locais de qualidade:**
- i. Operações que visem a melhoria da qualidade dos produtos e utilização de recursos endógenos relacionados com o meio aquático, incluindo estudos de mercado e a sensibilização para os benefícios de certos consumos.
- e) No domínio da **Melhoria dos circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais, no âmbito do mar:**
- ii. Criação de novas metodologias de distribuição e de comercialização dos produtos, incluindo inovação e acesso a tecnologias de informação

As operações devem preencher as condições previstas no artigo 5.º regime de apoio aprovado pela Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto.

4. Área geográfica elegível e indicadores de execução material:

A área geográfica corresponde ao território de intervenção do GAL Pesca Oeste, a saber:

Município	Freguesia
Alcobaça	São Martinho do Porto
	União das freguesias de Pataias e Martingança
Caldas da Rainha	Foz do Arelho
	Nadadouro
	União das freguesias de Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro
	União das freguesias de Tornada e Salir do Porto

Nazaré	Nazaré
	Famalicão
Óbidos	Amoreira
	Vau
	Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa
Peniche	Ferrel
	Atouguia da Baleia
	Peniche

Indicador	Estratégia de Desenvolvimento	
	Local	
– Criação de postos de trabalho	18	
– Nº total de operações apoiadas	44	
– Nº de empresas apoiadas	11	
– Nº de empresas criadas	3	
– Nº de postos de trabalho mantidos	36	
– Nº de operações ligadas à pesca e à aquicultura	5	
– Nº de operações ligadas ao turismo	5	
– Nº de operações relacionadas com circuitos curtos	5	
– Nº de operações de promoção de produtos locais	10	
– Nº de operações de inovação em espaço marítimo	10	

5. Beneficiários:

Nos termos do artigo 6.º do Regulamento anexo à Portaria n.º 216/2016 de 5 de agosto, pode beneficiar de apoios qualquer entidade, singular ou coletiva, do setor público, cooperativo, social ou privado, com ou sem fins lucrativos, que preencha as condições previstas no artigo 7.º do referido Regulamento.

6. Elegibilidade de Operações:

Podem beneficiar de apoios ao abrigo do presente anúncio as operações que:

- Cumpram os requisitos definidos no artigo 5º da Portaria 216/2016 de 5 de Agosto de 2016
- Prevejam um investimento elegível de valor igual ou inferior a € 200.000,00.

7. Despesas elegíveis e não elegíveis:

Sem prejuízo das regras e limites à elegibilidade de despesas definidas no artigo 15º do Decreto-Lei n.º 159/2017, de 27 de outubro e das fixadas na OTE n.º 2/2017, fixam-se as seguintes regras de elegibilidade das despesas, aplicáveis a todas as tipologias de operações:

- As despesas com a elaboração e acompanhamento da candidatura não poderão ser superiores a 3% do investimento total elegível

8. Dotação orçamental:

A dotação orçamental, em termos de apoio público, é de **€910.069,15** (novecentos e dez mil e sessenta e nove e quinze cêntimos), dos quais 85% correspondem à comparticipação do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP).

A dotação está dividida por tipologia de operação da seguinte forma:

Tipologia	Dotação
a) Inovação em espaço marítimo	€ 263.507,84
b) Reforço da competitividade da pesca	€ 238.735,83
c) Reforço da competitividade do turismo	€ 87.839,59
d) Promoção de produtos locais de qualidade	€ 152.162,00
e) Melhoria dos circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais, no âmbito do mar	€ 167.823,89
Total	€ 910.069,15

9. Número máximo de candidaturas admitidas por beneficiário:

O mesmo beneficiário pode apresentar uma ou mais candidaturas às diversas tipologias de operação durante a vigência temporal do presente anúncio, desde que os investimentos e objetivos sejam distintos.

10. Forma e local de apresentação de candidaturas:

As candidaturas são apresentadas online através do site do Balcão 2020 (<http://balcao.portugal2020.pt>)

11. Critérios de seleção e respetivos fatores, fórmulas, ponderação e critério de desempate:

- As candidaturas devidamente submetidas que cumpram as condições de elegibilidade das operações e dos beneficiários, previstas nos artigos 5.º e 7.º do Regulamento anexo à Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto, são selecionadas para hierarquização.
- As candidaturas são hierarquizadas por ordem decrescente da pontuação obtida na Pontuação Final da Operação (PF) para a qual contribuem as apreciações seguintes:
 - AT = Análise Técnica – valoriza a qualidade técnica objeto da operação;
 - AF = Análise económica e financeira – valoriza a viabilidade do investimento;
 - AE = Análise Estratégica - valoriza a contribuição da operação para os objetivos da EDL.
- A fórmula a aplicar depende do valor do investimento da operação, assim:
 - Para operações de investimento elegível superior ou igual a 50.000€ é aplicada a seguinte fórmula:

$$PF = 0,25AT + 0,25AF + 0,5AE$$

- ii. Para operações de investimento elegível inferiores a 50.000€, ou apresentados por entidades públicas ou por empresários em nome individual, a AF não é exigível, sendo aplicada a seguinte fórmula:

$$PF = 0,5AT + 0,5AE$$

- d) São excluídas as candidaturas que obtenham menos de 50 pontos na pontuação final (num total de 100) ou 0 pontos em qualquer das apreciações.
- e) A forma de cálculo das pontuações da AT, da VE e da AE é definida no anexo I ao presente aviso.
- f) Em caso de empate, as candidaturas são hierarquizadas de acordo com os seguintes critérios:
- Candidatura com maior pontuação na apreciação estratégica
 - Contributo para os indicadores identificados no ponto 4
 - Data de receção de candidatura

12. Forma, nível e limite dos apoios:

- a) Os apoios são concedidos sob a forma de subvenção não reembolsável e limitados a:
- € 200.000,00, independentemente da forma jurídica do promotor.
- b) Nos termos do artigo 9º do Regulamento anexo à Portaria n.º 216/2016 de 5 de agosto, a taxa de apoio público a conceder por tipologia de beneficiário é fixada de acordo com as seguintes taxas:

Tipologia de promotor	Apoio Público (Máximo)
Nos termos do nº1 do artigo 9º:	
Entidades singulares ou coletivas, do sector cooperativo, social ou privado, com ou sem fins lucrativos	50%
Nos termos da alínea a) nº2 do artigo 9º:	
Organismo de direito público ou empresa encarregada da gestão de serviços de interesse coletivo	100%

Nos termos da alínea b) nº2 do artigo 9º:

<p>i. Entidades singulares ou coletivas privadas <u>com fins lucrativos</u></p> <p>A operação preveja o acesso do público aos seus resultados e satisfaça um dos seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Seja de interesse coletivo - Tenha um beneficiário coletivo - Tenha características inovadoras, se for caso disso, a nível local 	50%
<p>i.i. Criação de postos de trabalho ou criação de empresa</p>	+10%
<p>i.ii. Projeto cujo objetivo incida numa das freguesias indicadas no anexo II</p>	+10%
<p>ii. Entidades singulares ou coletivas privadas <u>sem fins lucrativos</u></p> <p>A operação preveja o acesso do público aos seus resultados e satisfaça um dos seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Seja de interesse coletivo - Tenha um beneficiário coletivo - Tenha características inovadoras, se for caso disso, a nível local 	100%

Quando os serviços da administração central, regional e autárquica, os institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados, os fundos públicos, as associações públicas exclusivamente constituídas por pessoas coletivas de direito público, bem como as empresas públicas e outras entidades integradas no setor público empresarial, sejam entidades beneficiárias do FEAMP, suportam a contribuição pública nacional, equivalente a 15% do apoio público.

13. Meios de divulgação e informação complementar:

Complementarmente ao presente Anúncio, a lista de documentos a apresentar, a legislação e orientações técnicas aplicáveis, estão disponíveis no sítio da *Internet* do GAL-Pesca Oeste, em www.adepe.pt e no sítio da *Internet* do Mar 2020, em www.mar2020.pt.

Poderão ser obtidos esclarecimentos adicionais junto do GAL-Pesca Oeste, através do endereço galpescaoeste@adepe.pt ou pelo telefone 262 787 959.

Peniche, 06 de agosto de 2019

O Presidente do Órgão de Gestão
(Rogério Cação)

Anexo I – Critérios de Seleção

- A AT é pontuada de 0 a 100 de acordo com os seguintes critérios:

AT – Análise Técnica					
Critérios de análise	Valoração (%)	Grelha de análise	Grelha de classificação	Pontuação	Evidência
A1 Qualidade da operação	40	Relação entre a estrutura de custos e os objetivos perseguidos <i>Correlaciona o plano de investimentos, a demonstração de resultados previsional da operação, a calendarização e o cronograma do investimento</i>	Adequado	100	Formulário e Memória descritiva e anexos
			Desadequado	0	
		Qualificação dos recursos humanos envolvidos <i>Verifica as competências alocadas à execução e acompanhamento da execução, avaliando-se a presença de certificações técnicas e/ou experiência profissional adquirida</i>	Adequados	100	
			Desadequados	0	
		Meios técnicos e físicos afetos ao desenvolvimento da operação <i>Avalia a adequação do espaço proposto para o desenvolvimento da operação e outros equipamentos afetos, que viabilizem/otimizem a sua prossecução</i>	Adequados	100	
			Desadequados	0	
A2 Contributo da operação para os indicadores do Programa	40	Criação e/ou manutenção de emprego (ETL)	Sim	100	
			Não	0	
		Criação de empresas	Sim	100	
			Não	0	
A3 Operação prevê o acesso do público aos seus resultados	20	A.3.1. Interesse coletivo ¹	Sim	100	
			Não	0	
		A.3.2. Beneficiário coletivo ¹	Sim	100	
			Não	0	
		A.3.3. Características inovadoras ¹	Sim	100	
			Não	0	

- A AF é pontuada de 0 a 100 de acordo com os seguintes critérios:
 - i. Beneficiários privados, projetos com fins lucrativos com investimento ≥ 50.000 euros:

¹ Remete-se para a Orientação Técnica Geral n.º 5/2019, Versão 1.0, sobre a pontuação final das operações

AF – Análise económico-financeira					
Critérios de análise	Valoração (%)	Grelha de análise	Grelha de classificação	Pontuação	Evidência
AF1	30	VAL (Valor Atual Líquido)	VAL > 0	100	Formulário de candidatura Memória descritiva e anexos
			VAL = 0	0	
AF 2	70	TIR (Taxa Interna de rentabilidade)	TIR ≥ 1,5	100	
			TIR < 1,5	0	

- ii. **Beneficiários privados, projetos sem fins lucrativos - investimento ≥ 50.000 euros:**
 - **Pressupostos económico-financeiros:** Avaliação da autonomia financeira do beneficiário pré-projeto, sendo a mesma classificada com base numa gradação estabelecida pela AG do Mar 2020. Quando a mesma não tenha valores positivos, deverá ser avaliada a relação entre o Capital Próprio e o investimento total.
 - **Sustentabilidade da operação:** Correlaciona os seguintes elementos a apresentar pelo beneficiário: plano de sustentabilidade, planos de atividades, recursos humanos alocados, recursos financeiros e organização contabilística
- iii. **Entidades públicas e os empresários em nome individual** encontram-se dispensados desta apreciação, sendo-lhes apenas exigido que demonstrem que dispõem de meios financeiros para realizar a componente do financiamento da sua responsabilidade.

- A AE é pontuada de 0 a 100 de acordo com os seguintes critérios:

AE – Análise estratégica					
Critérios de análise	Valoração (%)	Grelha de análise	Grelha de classificação	Pontuação	Evidência
AE1 Contribuição para os objetivos da EDL	50	Contributo para os objetivos da EDL <i>Relação entre os objetivos da EDL e aqueles a que o projeto se propõe alcançar, valorizando-se a contribuição para o alcance de mais objetivos</i>	Apresenta coerência	100	Formulário e memória descritiva
			Não apresenta coerência	0	
AE2 Âmbito territorial	20	Impacto das ações a realizar <i>Avalia a amplitude regional dos impactos dos objetivos do projeto</i>	Regional	100	
			Local	50	
AE3 Criação Postos Trabalho	20	Impacto dos postos de trabalho criados	Criação de 3 ou mais	100	
			Criação 1 ou mais	50	
			Nenhum	0	
AE4 Área territorial de incidência	10	Incidência do objetivo do projeto numa das freguesias elencadas no Anexo II	Freguesia Anexo II	100	
			Fora das Freguesias Anexo II	0	

Anexo II – Freguesias do Território de Intervenção do GAL Pesca Oeste com apoio público aprovado no âmbito do GAL Pesca Oeste inferior a 10%

Município	Freguesia
Alcobça	São Martinho do Porto
	União das freguesias de Pataias e Martingança
Caldas da Rainha	Foz do Arelho
	Nadadouro
	União das freguesias de Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro
	União das freguesias de Tornada e Salir do Porto
Nazaré	Famalicão
Óbidos	Amoreira
	Vau
	Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa
Peniche	Ferrel
	Atouguia da Baleia